

O rural da região metropolitana de Curitiba sob a ótica interdisciplinar: multidimensional e complexo

Ariodari Francisco dos Santos¹

Departamento de Ciências Biológicas, UNICENTRO
85010-990 - Guarapuava - PR

Luiz G. Bertotti

Departamento de Geografia, UNICENTRO
85010-990- Guarapuava - PR

Cimone R. de Souza

UNIBRASIL - Curitiba - PR

Hieda M. P. Corona

CEFET/PR - Pato Branco - PR

Osmar T. de Souza

UNICHAPECÓ - Chapecó - SC

Janise B. Dias e Joel L. de Queiroga

(Recebido: 30 de novembro de 2003)

Resumo: A lógica urbana, que impera no planejamento da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), sempre relegou ao rural metropolitano uma certa “invisibilidade”. Raramente citado nos documentos oficiais, ele só é lembrado quando se trata do cumprimento de suas “funções” na relação com a metrópole, ou seja, na produção de alimentos ou como espaço possível de ser incorporado pelo crescimento urbano. É um rural que, para as instituições em geral, não possui nem lógica nem dinâmica própria. Neste trabalho, iniciado no final de 2002 como um exercício interdisciplinar dentro do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, o objetivo foi verificar se ainda é possível falar do rural na RMC e como ele se apresenta. Seus primeiros resultados foram surpreendentes. O dados

¹Trabalho desenvolvido nas oficinas I e II do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

secundários apontaram para um rural não apenas “visível” como portador de grande diversidade e complexidade, seja do ponto de vista econômico, seja dos pontos de vista ambiental, social e mesmo cultural.

Palavras-chave: *interdisciplinaridade, diversidade, socioeconômico*

Abstract: *The rural metropolitan area has always been somewhat “invisible” as a result of the urban logic that governs the planning of Curitiba’s Metropolitan Region (MR). The metropolitan rural is seldom mentioned in official documents; it is remembered only when it plays a role regarding the relationship with the metropolis, such as providing foods or becoming an available space to be taken by urban expansion. For the institutions in general, the rural does not have logic or a dynamics of its own. This study was begun at the end of 2002 as an interdisciplinary experiment of the Doctoral Program in Environment and Development of the Federal University of Paraná (UFPR). Its objective has been to verify whether it is still possible to appraise the rural at Curitiba’s MR and how it presents itself. The first results have been surprising. The secondary data reveals that Curitiba’s metropolitan rural is not only visible, but features great diversity and complexity from the economic, environmental, social and cultural points of view.*

Key words: *interdisciplinary, diversity, socioeconomic*

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar um “diagnóstico” preliminar sobre o meio rural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Trata-se do resultado da primeira etapa de pesquisa interdisciplinar da linha de pesquisa “Sistemas Sociais, Técnicos e Recursos Naturais de Áreas Rurais”, do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná. Este programa entende que a complexidade apresentada pela problemática ambiental remete, necessariamente, ao diálogo entre as diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento, ou seja, entre as Ciências da Natureza e da Sociedade. Assim, a interdisciplinaridade ocupa centralidade na atuação científica, pois permite integrar as “dinâmicas ligadas ao meio natural e as dinâmicas ligadas às sociedades humanas” (RAYNAULT, *et al*, 2000).

Para que ocorra a interdisciplinaridade, segundo Raynault (1996), faz-se necessário a interação das diferentes competências específicas de cada disciplina (objeto e teorização) “formando um mesmo universo de referência no espaço, o qual possibilita identificar temas comuns de pesquisa que são pertinentes do ponto de vista científico, mas também, em relação ao desenvolvimento e ao meio ambiente no contexto da região” (RAYNAULT, 1996). Assim, o critério de estabelecer um espaço comum de pesquisa, facilita a interação do grupo de pesquisadores, pois permite “que o grupo produza em função de uma referência empírica espacial o que facilita organizar a informação, produzir saber e vivenciar o próprio espaço” (RAYNAULT, 1996).

Dessa forma, a execução deste trabalho pautou-se no levantamento de dados secundários de ordem sócio econômica e ambiental sobre a Região Metropolitana de Curitiba, principalmente no que se relaciona aos aspectos do meio rural. O objetivo principal, neste trabalho, é entender como se conforma o rural que se estabelece na RMC, buscando destacar: (a) qual é o lugar ocupado por ele nesta região, (b) suas especificidades em relação a outros meios rurais, (c) sua interação com a metrópole e seu papel no âmbito do desenvolvimento desta e (d) seu processo de estruturação e as transformações recentes nele verificadas. Além disso, buscou-se identificar processos de diferenciação social e ambiental entre os municípios “rurais”, sublinhando possíveis conflitos entre ambiente e sociedade.

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) está situada a Leste do Estado do Paraná, no chamado Primeiro Planalto Paranaense, conforme Figura 1. É uma região marcada pela heterogeneidade geológica, de relevo e de solo e estas características, aliadas às suas condições climáticas, conferem a ela uma alta diversidade biológica. Possui uma área de 15,5 mil quilômetros quadrados e uma população de 2,7 milhões de habitantes, distribuída em 26 municípios. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, 91,2% dessa população é urbana e 8,8% rural², embora em vários municípios essa população rural supere os 80%.

A RMC é conhecida como possuidora da maior área rural entre as metrópoles brasileiras (KARAM, 2001). Tanto o IBGE quanto órgãos de planejamento regional, como é o caso da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), reconhecem a existência de municípios essencialmente “rurais” na RMC. A COMEC, por exemplo, considerou na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI - RMC/2001), três categorias espaciais dentro da RMC: o Núcleo Urbano Central, o Primeiro Anel Metropolitano e o Segundo Anel Metropolitano³ que seria o representante dos municípios rurais. O IBGE, ainda que utilizando uma outra tipologia, também revela a existência destes municípios rurais. Entretanto, são raros os trabalhos (acadêmicos ou não) e as políticas públicas que se voltam para esse rural metropolitano. Trata-se de um rural aparentemente “invisível”, cuja relevância restringe-se, basicamente, ao seu aspecto funcional. Ou seja, um rural pensado a partir das demandas oriundas da urbanidade, com “funções” delegadas pela dinâmica (urbana) da metrópole.

Apesar dessa perspectiva hegemônica sobre o rural “invisível” da RMC (que é principalmente um olhar institucional), observou-se que existe um rural concreto que se expressa, dentre outros aspectos: a) por uma população significativa (que

²Segundo a tipologia do IBGE, citada pelo IPARDES (CD- ROOM 2002) os municípios podem ser classificados: 1) Urbano de grande dimensão 2) Urbano de média dimensão 3) Urbano de pequena dimensão 4) Em transição para o Urbano de média dimensão 5) Em transição para o urbano de pequena dimensão 6) Rural de pequena dimensão. Considerando tal tipologia ter-se-iam 12 municípios na RMC considerados rurais.

³Núcleo urbano central - malha urbana conurbada e os municípios com forte interação com o pólo metropolitano; Primeiro anel Metropolitano - compreende na mesma mancha, municípios não limítrofes ao pólo, mas que apresentam um processo de inserção regional; Segundo anel metropolitano - municípios mais recentemente incorporados à região onde predominam a configuração rural do espaço e a urbanização encontra-se incipiente (PDI, 2001).

se aproxima de 250 mil pessoas); b) por uma área que, segundo os dados oficiais, representa 2/3 da RMC ; c) por uma produção agropecuária importante, também, quando avaliada no âmbito estadual. Em resumo, existe um rural metropolitano com aspectos e dinâmicas por serem investigados.

Este trabalho é o resultado, portanto, da primeira etapa da investigação sobre o rural metropolitano apresentando uma caracterização social, econômica e ambiental da RMC, para a qual foram considerados os indicadores das condições de vida e os aspectos econômicos, localizados sobre o ambiente físico-natural, com destaque para o meio rural.

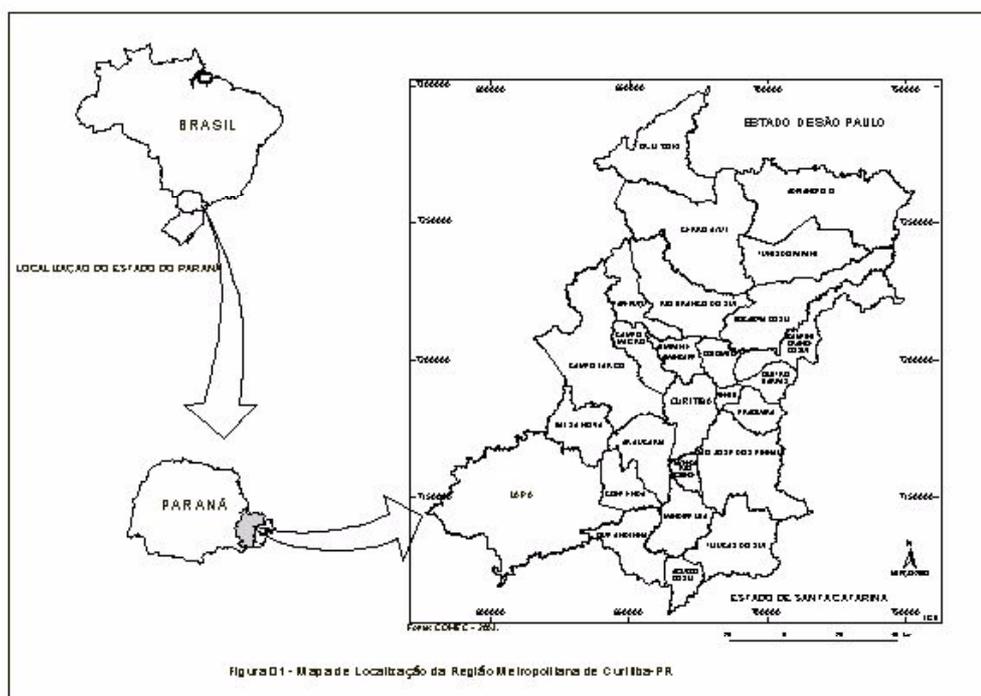


Figura 1 - Mapa de Localização e Divisão Política Administrativa da RMC.

2 As ruralidades como expressão da heterogeneidade

É sabido que as políticas de modernização da agricultura brasileira representaram a aceitação de um certo diagnóstico sobre o rural brasileiro: que lhe faltava “modernidade”. Embora o debate sobre o agrícola e o agrário brasileiro, nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado, tenha sido muito mais fértil do que isso, a visão e, conseqüentemente, as propostas o que prevaleceu foi basicamente a dos “economistas rurais” clamando por uma modernização, que aumentasse a produção e a produtividade agrícolas. O objetivo era a mudança de sua base técnica - num processo de apropriação crescente pela indústria de elementos do ciclo produtivo

agrícola - e pela transformação das formas de gestão, com a preeminência do modelo empresa. A mudança da base técnica estava atrelada a um “pacote tecnológico” que previa a moto-mecanização, os produtos químicos como fertilizantes e defensivos, identificada como “Revolução Verde” e a pesquisa genética para seleção e melhoramento das espécies animal e vegetal. Fica implícito que “modernidade” faltava à nossa agricultura. Mas é necessário evidenciar os pressupostos que orientavam essa concepção de modernidade.

Como afirma criticamente Latour (1994)⁴, a modernidade possui tantas definições, tantos sentidos quantos forem os pensadores ou os jornalistas. Em linhas gerais, pode-se dizer que “modernidade”, assim como desenvolvimento, transmite a idéia de transição, de passagem, de ruptura, enfim, de uma revolução no tempo. Sempre que nos referimos a ela, o fazemos a partir do contraste entre um passado arcaico, tradicional e um presente (futuro) “moderno”. É a oposição entre o “antigo” e o “moderno”, uma ruptura, uma revolução cujo combate leva a vencedores e vencidos. O pensamento dicotômico que fundamenta essa visão se espacializava no rural (agrícola) e no urbano (industrial), segundo o pressuposto de que o novo mundo era urbano e o velho era rural, em função dos espaços que historicamente eram base dos modelos societários em expansão e em declínio. A modernização da agricultura caminhava nesta direção. Diante das perspectivas da urbanização societária geral, tratava-se da artificialização da agricultura que liberava crescentemente a produção de alimentos da sua base natural-rural e de seus componentes e agentes sociais arcaicos (FERREIRA, 2002).

No Brasil, o que ilustra esta visão modernizadora é a percepção de um urbano como *locus* privilegiado da modernidade, o que produziu uma relativa invisibilidade do rural, visto como um espaço em processo de esvaziamento demográfico e de perda da importância econômica, social e política. A idéia de vazio do rural e de sua falta de importância fica evidente na própria definição do que é rural no Brasil. Segundo Wanderley (2000), a definição oficial brasileira remete pensar o rural como o espaço não urbano, o rural é o entorno da cidade é o “espaço de habitat disperso onde predominam paisagens naturais e os usos tradicionais atribuídos a terra - produção agrícola e espaços improdutivos”. Toda a sede do município e de distrito é urbana, independente da sua dimensão e dos equipamentos a disposição da população. Assim, é a cidade que o rural está referido, pois é nela que encontram os serviços dos quais necessita, mesmo que precários (caso das pequenas cidades). Diz a autora que na maioria das cidades brasileiras, em geral de pequeno porte, o contato dos “rurais” com a cidade não significa ter acesso a uma experiência urbana; é, freqüentemente, uma forma de ter acesso a uma vida menos precária, o que faz muitos agricultores, inclusive, optar por morar nestes espaços ditos urbanos, apesar da insuficiência de recursos, também característica destas pequenas cidades.

O estilo de vida do meio urbano pareceu ter triunfado como modo hegemônico de organização da vida e, nessa perspectiva, o rural foi definido como tudo aquilo

⁴Observe-se que este autor parte da idéia de que *Jamais fomos modernos*, que é, inclusive, o título de sua obra, citada nas referências bibliográficas deste artigo.

que não era urbano. Wanderley (2000), por exemplo, diz que o rural se define muito mais por aquilo que ele não é - não é urbano - do que por aquilo que ele é. Ele se define em relação ao urbano. Isso tem despertado um “movimento de reivindicação” pelo reconhecimento do mundo rural, que se transforma diante das imposições da urbanidade, mas que não deixa de existir. Neste sentido, assume-se o pressuposto de que o rural permanece nas sociedades modernas, como um espaço específico e diferenciado que, apesar de se encontrar integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais, mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que o recortam como uma realidade própria (WANDERLEY, 2000). Segundo esta autora, essa realidade se expressa tanto num espaço físico diferenciado - diferentes formas de organização do território - quanto por diferentes modos de vida - espaço de vida e trabalho.

Essa perspectiva permite falar de diferentes ruralidades, concebendo tal conceito como formas de manifestação do mundo rural, inseridas num espaço geográfico determinado, que é denominado rural tanto por atores sociais deste mesmo meio, quanto por atores externos, pelas particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas desse rural.

Ao se contrapor à visão oficial sobre o rural, Wanderley chama a atenção para pensar no território enquanto espaço de reprodução dos agricultores familiares, considerando a dinâmica da vida social e econômica das populações locais. Dessa forma, é possível entender as ruralidades, que segundo Duran e Pérez *és el resultado de una construccion social* (2000), levando em conta, a trama social que se estabelece e a trajetória de desenvolvimento vivido pelas populações locais.

Para entender as “ruralidades”, como resultado da trama social e da trajetória de desenvolvimento, é necessário reconhecer que a pretendida homogeneização do projeto de modernização do campo gerou, ao contrário, uma maior heterogeneidade. Se considerarmos que o rural brasileiro, do início do século XX, era marcado pela presença dos grandes latifúndios voltados para a produção agro-exportadora e pelas relações camponesas no interior ou nas margens da grande propriedade, essencialmente produtora de alimentos, os efeitos do projeto de modernização, dos anos sessenta e setenta, promoveram mudanças significativas. Entretanto, os impactos da modernização foram variados, pois o pacote tecnológico e os produtos da pauta de exportação e de demanda da indústria brasileira, penetraram as regiões de modo diferente, porque são diferentes as condições ambientais e sociais do meio rural brasileiro.

Estas diferentes ruralidades foram construídas sobre a base de um meio físico-natural também heterogêneo. Essa heterogeneidade ambiental torna mais complexas as estratégias de reprodução desenvolvidas pelas populações, este meio em sua diversidade não é inerte, ele é dinâmico e mutante. Como bem destaca Tricart (1977), a “ação humana é exercida em uma natureza mutante, que evolui segundo leis próprias, das quais percebemos mais e mais a complexidade”.

A heterogeneidade ambiental do meio físico-rural é, de fato, produto e produtora de uma variabilidade de processos e acomodações estimulados por eventos, sejam eles contínuos ou esporádicos, previsíveis ou não, em escala geológica ou histórica.

As intervenções humanas para explorar, manejar e gerir os recursos naturais estão condicionadas pelos aspectos do meio físico-natural, mas, também vão interferir e estimular as dinâmicas desses sistemas em diferentes escalas. Os aspectos do meio físico-natural, físico-químicos, gradientes longitudinais ou altimétricos, ciclos sazonais e diurnos, atividades biológicas ou processos eventuais - são de diferentes escalas - local ou regional, espaciais e temporais - e devem ser considerados, pois influenciam a heterogeneidade deste meio.

Para as sociedades humanas, a heterogeneidade é extremamente evidente no âmbito da paisagem. A dimensão ambiental, no nível da interação das sociedades humanas com a ecossfera dá-se pela evolução conjunta. A maioria das paisagens tem sido influenciada pelo uso humano da terra e o mosaico de paisagem resultante é uma mistura de áreas naturais e antrópicas que variam em tamanho, forma e distribuição (*FORMAN, 1981 citado por TURNER, 1989*).

Somente a partir dos anos 1950, o conceito de paisagem deixou de ser um conceito estético-descritivo para assumir a idéia de paisagem como a relação homem-natureza. “A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. E, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (*BERTRAND, 1972*).

O conceito de paisagem, ao apropriar-se da teoria sistêmica, permite compreender a heterogeneidade do meio rural, porque transmite a idéia de que a paisagem é uma entidade espaço/temporal integrada, cuja estrutura morfológica e funcional é produto da interação de seus componentes. As sociedades humanas são agentes fundamentais em sua formação, pois permitem um diagnóstico ecológico integrado, um mapeamento do uso dos solos que considera a conservação e o uso adequado dos recursos, por meio de um enfoque sócio-ambiental integrado (*ORTIZ, 2000*).

A reconfiguração do meio rural, em suas várias dimensões: econômica, social, territorial originárias, sobretudo, do processo de modernização na agricultura na década de setenta, remeteu à necessidade de outras formas de abordagem que pudessem dar conta desta nova realidade. A literatura, que se produziu nas ciências sociais, procurou, num primeiro momento, evidenciar as conseqüências do modelo desenvolvimentista para o rural. Problemas relacionados, como já citado anteriormente, ao desmantelamento das pequenas propriedades, ao êxodo rural, à intensificação da situação de pobreza das pessoas que viviam nesse rural, entre outras. Mesmo com todo o processo que parecia anunciar a “morte do mundo rural”, a realidade apontava para a capacidade de parcelas deste rural em suportar mudanças, transformando-se, construindo-se e reconstruindo-se. Daí a importância dos estudos sobre os pequenos produtores, os migrantes, os bóias-frias, os reassentados, entre outros, que buscaram dar visibilidade às possibilidades históricas que as populações camponesas ainda têm para reinventar o mundo e reinventar-se no mundo como bem lembrou José de Souza Martins (2000). Isso acabou por revelar os diferentes níveis das transformações produzidas pela modernização no campo e, em conseqüência disso, a heterogeneidade das formas de organização do mundo rural ou de diferentes ruralidades.

Num segundo momento, o debate acadêmico, suscitado nos anos de 1980 e início dos 1990, indicava a preocupação em compreender essa heterogeneidade promovida pelo processo de modernização. Inicialmente, foi o questionamento da categoria: “pequena propriedade”, como explicação para o cenário vivido pela maioria dos agricultores brasileiros. Isso porque, por um lado, associava-se a pequena produção à agricultura de base camponesa tradicional e, por outro lado, a média e grande produção à agricultura de base empresarial. Os dados empíricos demonstravam que isso era insuficiente para explicar a complexidade que a agricultura tomava, após o avanço da modernização no campo e da expansão de mercado capitalista. Como demonstram as pesquisas organizadas por Lamarche (1993), há produção de base familiar em pequena escala como também em média e até grande escala, com graus variados de tecnificação. Há produção de base empresarial, em pequena e grande propriedade, dependendo do tipo de produção e do grau de especialização (VEIGA, 1991).

Assim, a categoria de agricultor familiar toma sentido no debate acadêmico, porque ela permite diferenciar a agricultura de base familiar da empresarial. O conceito de agricultura familiar tem como ponto de partida a constatação de Chayanov ao afirmar que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista (WANDERLEY, 1998). Para Chayanov, citado por Wanderley (1998), a unidade econômica familiar não é um modo de produção, mas uma forma de organizar a produção. Essa diferença se assenta no fato de que sua reprodução não se dá pela extração e apropriação do trabalho alheio, no qual o objetivo maior é a reprodução do Capital.

Na agricultura familiar, a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família, e a “interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções como a transmissão de patrimônio e a reprodução da exploração” (LAMARCHE, 1993). Para Wanderley (1998), a combinação desses fatores não é apenas um detalhe. Ela insiste no fato de que esta característica tem conseqüências, para a forma como esta agricultura age econômica e socialmente. Isso poderia explicar a capacidade de adaptação da produção familiar às diferentes situações. De acordo com a autora, a agricultura familiar continua a se reproduzir com o objetivo de preservar uma margem de autonomia da família. Nela permanece um modo específico de organizar a produção “cujo funcionamento tem como referência à própria estrutura familiar da unidade de produção” (WANDERLEY, 1999). Assim, o “lugar da família” constitui-se no elemento de referência e convergência no esforço estratégico, para constituir e reproduzir o patrimônio fundiário familiar.

Segundo Wanderley (1996), estas formas tentam adaptar-se aos impactos da cultura urbana, da centralidade do mercado e a globalização da economia. Mendras (1978) já havia alertado para o fato de que havia uma perda crescente da autonomia tradicional das unidades familiares, em conseqüência da subordinação e integração à sociedade envolvente ao esvaziamento das sociedades locais provocadas pelo êxodo rural. A racionalidade moderna se apodera da organização familiar, mas não significa

que cria algo novo. Os agricultores modernos enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo (WANDERLEY, 1996).

Para Lamarche, a produção familiar, em alguns casos, aparece como um fator decisivo nos projetos de desenvolvimento rural, em outros aparece como uma forma arcaica, fundada essencialmente sobre a economia de subsistência ou ainda, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo. Essas diferentes formas, em que se apresenta a produção familiar revelam esta capacidade de adaptação e flexibilização à medida que suas estratégias, usos e recursos de sobrevivência diversificaram o rural e tem permitido que ele sobreviva.

Porém, se o conceito de agricultura familiar é mais pertinente para identificar as alterações que o rural e a agricultura viveram a partir da modernização, ele não é suficiente para compreender a heterogeneidade, que ocorre no seio da agricultura familiar. Segundo Wanderley (1999), a agricultura familiar é um conceito genérico, que abriga dentro de si várias formas de reprodução econômica e social. Do campesinato tradicional com produção de subsistência, à produção produção familiar, moderna, que convive com a modernização da agricultura, além da inserção nos processos globais de acumulação de capital e aliado à “abertura” ao modo de vida moderno.

Se os impactos do projeto modernizador foram diferentes, também foram diferentes as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para enfrentar a “crise” deste modelo, que marca fortemente os anos de 1990. Crise desencadeada pelos próprios limites do produtivismo, evidenciados na superprodução, na queda de preços dos produtos agrícolas, no aumento dos preços dos insumos industrializados, além dos problemas ambientais pelo uso excessivo de agrotóxicos e dos recursos naturais, como já apontado acima. Soma-se, ainda, os problemas sociais promovidos pelo intenso êxodo rural e pela precariedade das condições de vida no campo e na cidade. As chamadas “novas ruralidades” são resultantes deste processo, como o turismo rural, a produção orgânica, as áreas de preservação ambiental, nas quais vivem populações “tradicionais”, assentamentos da reforma agrária, a pluriatividade, entre outros.

3 Caracterização sócio econômica e ambiental da Região Metropolitana de Curitiba

3.1 Breve histórico da RMC

Os municípios que pertencem, atualmente, à RMC fazem parte de uma das regiões mais antigas do Estado do Paraná, ocupada no século XVII por moradores oriundos de São Paulo e Paranaguá, em busca das minas de ouro. A RMC localiza-se no Primeiro Planalto Paranaense e tem Curitiba como centro administrativo,

comercial e de abastecimento, desde 1693, após extensão da jurisdição de Curitiba para todo o planalto.

No transcorrer do século XVII, a atividade pecuária se desenvolveu e possibilitou a integração da região no processo de produção e comércio de gado com São Paulo, impulsionada pelas demandas de Minas Gerais. A produção pecuária ocorria em grandes extensões de terra e utilizava mão-de-obra escrava.

A partir das fazendas, desenvolveram-se atividades, que segundo Santos (1992) citado por Karam (2001) “constituíam um conjunto econômico e social integrado e quase auto-suficiente” com produção de alimentos como: carne, milho, feijão, mandioca, arroz. A mão-de-obra escrava era responsável pela produção pecuária, mineração, agricultura de subsistência, afazeres domésticos, artesanato, inclusive ofícios rurais e urbanos, incluindo funções administrativas.

Na primeira metade do século XIX, os escravos representavam mais de 40% do total da população do Paraná. Neste período, inicia-se um novo ciclo econômico na região com a extração da erva mate, impulsionada pela demanda dos países do Prata. Essa atividade vai se desenvolver e absorver mão-de-obra a ponto de desequilibrar a produção de subsistência, o que causou restrição da oferta de alimentos, segundo Santos (1992) citado por Karam (2001). Com a produção pecuária e a exportação da erva mate, a região passou a ser incluída na economia nacional e internacional. Como resultado político tem-se a emancipação da Comarca do Paraná, em 1854, sendo Curitiba a capital da província, com 6.000 habitantes (KARAM, 2001).

Durante o século XIX, o Paraná sofreu os impactos das mudanças que ocorriam em toda a sociedade brasileira. As leis que limitavam a oferta de mão-de-obra escrava e sua decorrente valorização, a Lei de Terras (1850) que colocava todas as terras sob a administração governamental e que condicionava o acesso à compra, aliados à visão modernizadora da burguesia local, promoveram alterações significativas no Estado. Entre as ações modernizadoras estão a construção da ferrovia Curitiba - Paranaguá, logo estendida até o Porto Amazonas (ponto de navegação do rio Iguaçu), e da estrada da Graciosa (1873) que liga a região ao litoral (MAD, 1997).

Neste contexto, é que se estabelece uma política de estímulo à vinda dos imigrantes europeus para a região. A perspectivas de “branqueamento” da população e as possibilidades de um novo ritmo de desenvolvimento, em função dos conhecimentos e práticas “racionais” dos imigrantes, entusiasmavam a burguesia local. Valorizavam os conhecimentos com o trato da terra, cultivo, colheita, uso de equipamentos, comercialização, entre outros. Além das atividades agrícolas, os imigrantes eram valorizados pelos ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro, funileiro, alfaiate, farmacêutico e comerciante.

Segundo Santos (1992) citado por Karam (2001), na década de 1870, Lamenha Lins elaborou critérios para fixação dos imigrantes nas colônias já existentes nos arredores de Curitiba (Santa Cândida, Orleans, D. Pedro, D. Augusto, Tomás Coelho, Lamenha, Santo Inácio, Riviére), que haviam sido fundadas por alemães, poloneses, franceses, suíços, suecos, entre outros. Este projeto, que levava em conta às experiências mal sucedidas no país (parceiros e colonos do café em São Paulo), baseava-se na propriedade da terra e na mão-de-obra familiar, com objetivo de facili-

tar a aquisição de terras pelos colonos, fixando-os nos arredores de Curitiba, visando ao abastecimento alimentar da cidade.

A política de estímulo à imigração fez com que, no período entre 1872 a 1900, a região de Curitiba recebesse em torno de 30.000 imigrantes e de 1900 a 1920 mais 27.000. Predominavam os poloneses, italianos, alemães, seguidos por franceses, ingleses, suíços, russos, espanhóis, holandeses (KARAM, 2001). Segundo dados do IPARDES (1979), foram instaladas 29 colônias ao redor da cidade, fazendo com que a população de 7.000 habitantes, em meados do século XIX, saltasse para 40.000 na virada do século.

Um modelo de colonização que priorizava a produção de subsistência (alimentos), tão conhecida dos camponeses imigrantes, para com o excedente, atender as demandas da cidade e do extrativismo da erva-mate. Este modelo promoveu um fortalecimento da urbanização de Curitiba e, ao mesmo tempo, permitiu a instalação de novos municípios desmembrados de Curitiba de 1852-1890: São José dos Pinhais, Campo Largo, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Almirante Tamandaré, Colombo e Araucária.

Como descreve Karam (2001), os colonos viviam fechados, em suas colônias, como forma de manter a identidade étnica e cultural, bem como, protegerem-se da discriminação pela língua e costumes. Assim, a sociabilidade e a vida econômica estruturavam-se no interior da colônia, favorecendo a integração entre “iguais”, mantendo relações esporádicas com a cidade, para vender seus produtos e prestar serviços aos cidadãos (lavagem de roupas, etc). Isso intensificou a economia de subsistência e a forma camponesa de origem.

Com a aprovação do Código de Postura de Curitiba, no final do século XIX, é que a intenção da elite local, em modernizar Curitiba, começa a se concretizar. Fora definido os limites entre o rural e o urbano e adotado planos de ocupação de acordo com o estilo europeu. Segundo Karam (2001), a cidade de Curitiba com o entorno constituído pelo cinturão verde (modelo experimentado na Europa), demonstrava que o rural reafirmava-se como espaço a serviço da urbanização.

Segundo Colnaghi (1992), citada por Karam (2001), o nacionalismo radical de Getúlio Vargas, ao instituir a obrigatoriedade do idioma português e do conhecimento da história brasileira, por todos os habitantes do território nacional, fez com que fossem desprezadas as particularidades e as contribuições culturais dos povos imigrantes. Dessa forma, promoveu-se uma desestruturação das colônias da região de Curitiba, que vivam fechadas em sua tradição étnica/cultural, fazendo com que sobrevivessem aquelas mais distantes e invisíveis aos olhos do poder público.

Neste mesmo período, entra em crise o extrativismo da erva-mate, principalmente na região dos Campos Gerais, o que impulsionou uma primeira corrente de migração interna, em direção à Curitiba. Entre 1920 e 1940, a população de Curitiba passou de 78.896 habitantes para 142.185 habitantes.

No entanto, é no período de 1940 a 1970 que a região experimentou um intenso crescimento populacional. Em 1970, o número de habitantes da região totalizava 812.397, sendo que em torno de 80,7% vivia na cidade pólo. Curitiba era responsável

por contabilizar 609.026 habitantes, sendo que 96,0% residiam no meio urbano. Quando subtraídos os residentes urbanos de Curitiba, a participação da população rural da região subia para 68,0%.

Esta era uma tendência já observada na década de 1950, como diz Karam (2001), pois nos municípios que iriam compor a RMC predominava a população urbana (50,46%). Porém, subtraindo os residentes urbanos de Curitiba, a participação da população rural subia para 88,4%. Estes dados vêm demonstrar a histórica e forte presença do rural na RMC.

É, porém, nas décadas de 1970/80 que a migração torna-se mais intensa e o crescimento das cidades, principalmente dos “pólos” regionais e estaduais, fica evidente. Em 1970, a população do Paraná totalizava 6.929.868, sendo que 63,9% residiam no meio rural. Em 1980, a população total passou para 7.629.392 e a participação da população rural caiu para 41,4%. Em 1991, a população totalizava 8.448.713 e a participação da população rural caía para 26,6%.

Esse processo decorreu da intensificação do fluxo migratório, devido às grandes transformações que o Paraná experimentava em função, principalmente, da modernização do campo, iniciada na segunda metade da década de 1960. Transformações estas responsáveis pela intensificação da migração da população rural, em direção às novas fronteiras agrícolas do país (oeste, norte), às terras ociosas e (ou) acessíveis no interior do estado e, na sua maioria, às cidades.

Segundo Maranhão e Ciminelli (1988), citados no relatório MAD de 1997, ao final da década de 1970, os municípios que iriam compor a RMC contavam com 1/3 de sua população como migrante (os que residiam a menos de 10 anos), predominando a faixa etária de 20 a 39 anos. Destacam os autores do relatório que 79% dos migrantes eram oriundos do interior do Estado, a maioria do rural, mas um contingente expressivo vinha do urbano. Este fluxo dirigia-se, majoritariamente, para as áreas urbanas, mas também para o rural, principalmente para áreas menos valorizadas em função de problemas de relevo e solo.

Em 1961, eram 14 os municípios constituídos no território que em 1900 pertencia a Curitiba. Foram estes municípios que compuseram a RMC, a partir da Lei Complementar nº 14 de 08 de julho de 1973⁵. A RMC era composta por Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Campina Grande do Sul, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

Na década de 1990, foram desmembrados desses municípios cinco novos municípios: Campo Magro, Tunas do Paraná, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Itaperuçu. Além destes, foram incorporados a RMC mais sete municípios: Doutor Ulisses, Cerro Azul, Adrianópolis (região do Ribeira), Quitandinha, Agudos do Sul, Tijucas do Sul (região do médio Iguaçu) e Lapa (2002). Assim, a RMC totaliza 26 municípios e

⁵Lei Complementar nº 14 estabelece: as oito RM do país (Belém, Fortaleza, Salvador, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre) e os municípios que a compõem; criação de um conselho deliberativo em cada RM, composto por 5 membros, para coordenar a execução de programas e projetos de interesse metropolitano e de um conselho consultivo, com um representante por município; e elenca serviços de interesse metropolitano.

ocupa uma área de 15.093,77 km² (*IPARDES/IBGE*). A RMC, comparada às demais regiões metropolitanas, é a que possui a maior extensão territorial e o maior contingente de população rural (1970: 20,09%; 2000: 8,82%), desde sua constituição até os dias atuais (*KARAM, 2001*). Conforme dados apresentados por Darolt (2000), com base em informações da *EMATER (1995)*, a área da RMC é ocupada com: 37,6% de proteção ambiental; 10,1% de mata natural; 13,9% de reflorestamento; 12,8% com agricultura; 12,4% com pastagem e 4,2% de área urbana.

Segundo os dados do *IBGE (2000)*, a população urbana atual representa 91,18% do total da RMC. Subtraindo a população urbana de Curitiba, a população rural aumenta sua participação para 20,68% na região, o que representa uma participação maior que a média do Estado (18,58%). Isto se justifica pela presença de treze municípios onde predomina a população rural. Os dados mostram que os municípios onde predominam a população rural são: Adrianópolis (76,98%); Agudos do Sul (79,75%); Balsa Nova (68,62%); Bocaiúva do Sul (60,64%); Campo Magro (87,75%); Cerro Azul (76,05%); Contenda (52,27%); Doutor Ulisses (88,32%); Mandirituba (64,26%); Piraquara (53,59%); Quitandinha (80,06%); Tijucas do Sul (84,94%); Tunas do Paraná (60,65%).

3.2 Caracterização dos aspectos físico-naturais da RMC

A RMC encontra-se em uma região muito diversificada geoambientalmente e apresenta diferenciações importantes, quando são observados os indicadores sócio-econômicos. Pode-se observar que essa área se constitui, principalmente, por cinco grandes formações ou domínios geoambientais. Tais domínios foram utilizados como referência para a análise do uso e ocupação do solo e dos indicadores sócio-econômicos, principalmente, no que se refere ao meio rural.

A Leste, estendendo-se de Norte a Sul, encontra a escarpa da Serra do Mar que é o grande divisor de águas das bacias hidrográficas do litoral e do Primeiro Planalto. A região possui relevo acidentado, formado sobre rochas graníticas do Embasamento Cristalino. Essa estratigrafia origina solos jovens como os Cambissolos e solos Litólicos, inclusive com afloramentos rochosos, não muitos aptos à agricultura. Sobre estes solos, ocorre a Floresta Ombrófila Densa ou Floresta Atlântica, resultado da combinação do clima, estratigrafia, tempo geológico e beneficiada em sua conservação pelo relevo acidentado dificultando o acesso e intervenção e, também, porque se constitui como área de proteção ambiental. Destaca-se que da cobertura arbórea florestal total da RMC (8.174,19 km²), os municípios desta região que apresentam maior percentual são: Adrianópolis (83,78%), Bocaiúva do Sul (81,55%), Campina Grande do Sul (77,11%), Tunas do Paraná (92,46%), Tijucas do Sul (65,68%).

A Noroeste da RMC, infiltrando-se pela região Oeste, encontra-se a formação Açungui, com seus mares de morros, com dobramentos e alta declividade, profundamente entalhada pelos tributários do rio Ribeira, sendo transformada numa paisagem montanhosa recente. Todas estas cadeias de serras são constituídas por

quartzitos claros compactos, sendo flanqueadas por filitos e lentes de calcários cristalinos. Destacam-se as zonas aplainadas que são formadas sobre diques básicos, sobre corpos calcáreos e corpos graníticos de maior expressão areal, área frágil geoambientalmente pois constitui a formação karstica. Sua estratigrafia origina-se de solos mais jovens como os Cambissolos e de Argissolos, pela predominância da textura argilosa. Estes solos apresentam, de maneira geral, boa aptidão agrícola por conter alto grau de nutrientes, porém há restrições em função da sua alta permeabilidade ou capacidade de infiltração pela formação karstica. Quanto à cobertura arbórea florestal, esta região acompanha os dados da maioria dos municípios da RMC, os quais apresentam vegetação secundária nos estágios inicial e médio⁶.

Adentrando a região Sudoeste e Sul, a formação Açungui sofre alterações decorrentes de diferentes processos de erosão, advindas da diversidade da estratigrafia que se modifica nesta direção, passando a apresentar morros isolados, em função da formação dos Gnaisses, que são rochas mais resistentes e antigas. A região Sul e Sudoeste apresentam os solos mais aptos para agricultura, porque predomina os tipos: Latossolos e Podzólicos, que são solos mais evoluídos e profundos. No passado, a região abrigava, de maneira geral, a Floresta Ombrófila Mista ou Mata de Araucária, que foi retirada em função da exploração agrícola e hoje, encontra-se em processo de recuperação.

Na região Centro-Leste, encontra-se a Bacia de Curitiba formando uma paisagem suavemente ondulada, com planícies de várzeas intercaladas por sedimentos fluviais e paludais do Quaternário Recente. Estes sedimentos semiconsolidados configuram a Formação Guabirotuba. Esta formação é resultado de intenso processo erosivo. Constituem, ainda, este conjunto, as rochas cristalinas dobradas sobre os granitos, ou entre eles, até um pouco mais a oeste de Curitiba. Esta estrutura molda colinas de topo arredondado, embutindo áreas de aplainamento. Sobre esta estratigrafia desenvolvem-se organossolos, solos pouco evoluídos, constituídos por material orgânico proveniente de acumulações de restos vegetais em grau variável de decomposição, acumulados em ambiente mal drenado, com elevados teores de carbono orgânico. Apesar da relevância dos constituintes orgânicos são solos ácidos, inadequados à ocupação e exploração agrícola. Solos encontrados em áreas de várzea e área de alagamentos constantes ou permanentes das planícies aluviais das Bacias do rio Iguaçu e do rio Capivari. Ocorre sobre esta fisiografia, a vegetação típica de campos, como gramíneas e alguns arbustos; e a de várzea composta principalmente por taboais e formações pioneiras de influência fluvial.

⁶Estágio inicial (ou pioneiro): vegetação lenhosa de pequeno porte, normalmente não ultrapassando 10m de altura, homogênea, alto número de indivíduos e baixa diversidade de espécies, baixa complexidade estrutural, e sem diferenciação de estratos. Estágio médio: vegetação arbórea, dossel até 20m de altura, amplitude dimensional e diversidade de espécies maior que o estágio anterior, estratificação vertical inicial e sub-bosque denso. Estágio avançado: vegetação arbórea bem desenvolvida, formada por comunidades heterogêneas e complexas, diversidade elevada, árvores de diversas dimensões, até 2m de diâmetro e 40m de altura, estratos verticais bem definidos, sub-bosque ralo e sombrio apresentando espécies do dossel na regeneração natural.

A Oeste destaca-se a Escarpa Devoniana, já na bacia do rio Paraná e em relevo de transição, que constitui o resultado de diversos processos erosivos. Já iniciando o Segundo Planalto e seguindo a direção ao Sul, esta formação apresenta apenas mesetas isoladas dos sedimentos devonianos, onde predomina o Arenito de Furnas. Proveniente das condições de relevo e clima, ocorrem predominantemente os solos jovens, Cambissolos e Neossolos, que são rasos e Litólicos. Esta região se caracteriza pela predominância da vegetação de campos, caracterizada pela extensa área coberta por gramíneas, sem presença de arbustos, sendo que os arbustos e as árvores encontram-se nas nascentes e compõem as matas ciliares. A vegetação é bastante alterada em virtude de intensa exploração agrícola, apesar das restrições de seus solos.

3.3 A heterogeneidade do rural da RMC: análise preliminar dos resultados

Os dados e as análises, apresentadas neste diagnóstico preliminar sobre a Região Metropolitana de Curitiba, evidenciam a heterogeneidade física/natural (clima, solo, relevo) e sócioeconômica (dinâmica populacional, condição de vida, produção e renda), a qual permite dar visibilidade ao rural da RMC.

A composição dos grupos de imigrantes, que se estabeleceram nos municípios e hoje compõem a RMC, foi bastante heterogênea e a intensa atividade colonizadora foi marcada pelo estabelecimento de numerosos núcleos. Os principais mobilizadores dessa colonização eram, por um lado, o extrativismo da erva mate e, por outro, o atendimento da crescente demanda da cidade. Mesmo assim, segundo o relatório MAD (2001), muitas dessas colônias mantiveram-se relativamente “fechadas” até a década de 1930, mantendo-se, razoavelmente, autônomas em relação à cidade e baseadas em uma atividade de subsistência.

Esse processo de ocupação, baseado na pequena propriedade de exploração familiar, vai marcar a ruralidade da RMC até os dias atuais, o que é possível confirmar tanto a partir da condição do produtor, quanto da estrutura fundiária e do uso do solo. Em 1975, os dados do Censo Agropecuário do IBGE - mostravam que das 11.353 propriedades rurais existentes na região, 69,78% eram proprietários, 20,42% de arrendatários e parceiros e 10,41% de ocupantes. Mais de 8,5 mil possuíam área inferior a 50 hectares, ou 75,2% do total e, no outro extremo, apenas 578 propriedades possuíam mais que 200 hectares, ou seja, 5,97% do total. Em alguns casos, a participação das pequenas propriedades nesse estrato superava os 80%, como era o caso dos municípios de Araucária (92%), Lapa (88%), Almirante Tamandaré (86%), Agudos do Sul (86%), Mandirituba (85%) e São José dos Pinhais (84%). Já os municípios de Tijucas do Sul, Contenda e Piraquara eram os que contavam com maior participação percentual de propriedades, cuja área superava os 100 hectares, com 27,5%, 19,7% e 18,4% , respectivamente.

O Censo Agropecuário de 1985 vai evidenciar um aumento significativo do número de estabelecimentos rurais na RMC e, principalmente, o aumento do número de pe-

quenas propriedades. Naquele ano, o total de propriedades chegou a 29,4 mil sendo que 26,7 mil contavam com área inferior a 50 hectares. Isso quer dizer que mais de 90% das propriedades situavam-se nesse estrato de área. A explicação para isso pode estar relacionada a dois fatores. Um deles diz respeito ao próprio processo de crescimento demográfico da RMC e, o outro, à tendência ao fracionamento observado naquelas décadas, principalmente, nas pequenas e médias propriedades. No primeiro caso, o aumento da demanda por terra na RMC foi motivado não apenas pela produção agrícola para atender à população crescente como também pelo aumento da procura de imóveis rurais para moradia. O segundo, pode representar uma estratégia de reprodução social condicionada tanto pela sucessão familiar, quanto pela tentativa de sobrevivência no campo. Sabe-se que a política agrícola, daquele período, foi excludente em relação à pequena propriedade de exploração familiar, o que forçou o agricultor a tentar viabilizar sua reprodução de outras formas como, por exemplo, por meio de parcerias ou arrendamento de terras. O aumento do número de parceiros e arrendatários na RMC corrobora esta hipótese. Em 1975, o Censo Agropecuário apontava 3.770 produtores na condição de arrendatários ou parceiros. Dez anos depois, em 1985, esse número havia subido para 4.665.

Em 1996 (IBGE) dos 22.330 produtores, 78% eram proprietários; 9,8% de arrendatário e parceiros, 11,74% de ocupantes. Em 1998, segundo os dados do INCRA, mesmo sem contar com os dados da Lapa e de Campo Magro, o número de imóveis rurais chega a 30 mil, sendo 28 mil imóveis com área inferior a 50 hectares ou 93% do total. Além do elevado número de pequenas propriedades na RMC, uma outra característica que sobressai é a concentração fundiária. Naquele mesmo ano, as 28 mil propriedades detinham apenas 27% da área, no extremo oposto, as 693 propriedades com área superior a 200 hectares detinham mais de 58% da área.

Este contraste entre o elevado número de pequenas propriedades, detendo pouca área, versus pequeno número de grandes propriedades, com muita área, apresenta uma certa lógica geográfica na RMC. As grandes propriedades estão localizadas, majoritariamente, ao Norte da capital e as pequenas predominam em Curitiba e em municípios mais ao Sul. Por um lado, observa-se que Curitiba, Colombo e Agudos do Sul são os municípios, onde existe maior representatividade das propriedades com menos de 5 hectares. Nos três municípios, a participação dos estabelecimentos desse estrato de área supera os 50%, chegando inclusive a 64% em Curitiba. Por outro lado, em Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná, a maior parte da área encontra-se no estrato composto por propriedades cuja área é maior que 200 hectares. No caso de Tunas do Paraná, 30% dos estabelecimentos têm mais de 200 hectares e detêm 88% da área. Em Doutor Ulysses, são 26% dos estabelecimentos e 85% da área; em Adrianópolis 15% dos estabelecimentos e 85% da área no último estrato.

Algumas inferências adicionais podem ainda ser feitas quanto à conformação geográfica dessa estrutura fundiária, envolvendo relevo, aptidão do solo e seu uso. Por exemplo, naqueles municípios, onde predominam as grandes propriedades, o

relevo é bastante acidentado, dificultando o manejo. Com isso, o solo se mostra mais propício às atividades de reflorestamento, pastagens ou citricultura. Nos municípios circunvizinhos e ao Sul de Curitiba, o relevo é menos acidentado e, embora estes os solos sejam bastante ácidos, sua correção (ver análise sobre o uso de insumos e tecnologia na RMC) permite a exploração com culturas que demandam áreas menores e mesmo aquelas mais intensivas em mão de obra, como as olerícolas. Eis alguns dados sobre a produção na RMC.

Conforme mostram os dados do Censo Agropecuário de 1975 do IBGE, a produção agropecuária na RMC estava centrada nos grãos, principalmente café em coco, feijão, milho e soja. Observe-se que, muito mais que a representatividade da quantidade produzida ou da área ocupada com a produção, a participação do café entre os principais produtos, provavelmente, pode ser entendida como um resquício da “febre expansionista”, que marcou o avanço dessa cultura no Paraná e pelo elevado valor de mercado deste grão. Mesmo porque as características de clima e solo da região não se apresentam como as mais adequadas, para a sua produção e nos dados do Censo de 1995 -1996, ele praticamente desaparece da RMC. Um detalhe importante identificado ainda no Censo de 1975, é que a produção de milho mostrava-se como a mais presente, em praticamente, todos os municípios da região; na maior parte deles, a participação relativa, no valor da produção, é expressiva.

Em 1995, os dados mostram uma significativa mudança no perfil da produção agropecuária da RMC. Além do aumento da produção de olerícolas e de frutas, a produção de lavouras também se altera. A batata inglesa torna-se o produto mais representativo, dentre as principais culturas temporárias da região, com mais de 17% do total. Em alguns municípios, a participação dessa cultura é ainda mais expressiva, casos de Contenda (batata inglesa representa 53% do valor total da produção agropecuária - VTPA municipal), Campo Largo (39% do VTPA) e Araucária (27% do VTPA). A produção de milho continua expressiva, mantendo-se com uma participação relativa em torno de 10% na RMC e presente na grande maioria dos municípios. Já alguns grãos, que apresentavam produção relevante na década de 1970, como a soja, o trigo e o arroz, deixam de figurar entre os mais importantes economicamente.

Uma avaliação, mais acurada, de como se compõe a produção agropecuária na RMC pode ser feita a partir dos dados sobre a produção regional. Observa-se que o município com maior participação no valor total da produção agrícola regional é a Lapa, o último a ingressar na RMC, com 23% do total. Em alguns produtos, a produção deste município representa mais da metade do total da RMC, casos do arroz em casca (64%), mandioca (94%) e soja (87%). Além deste, aparecem ainda São José dos Pinhais, Campo Largo e Araucária com participações que variam entre 9% e 11%.

Observa-se que nos principais produtos de lavouras temporárias, acima descritos, há uma diversidade significativa no que se refere ao uso de tecnologias. Analisando

os dados sobre uso tecnologia⁷, municípios com as mesmas características geo-ambientais e de produção como Campo Largo, São José dos Pinhais, Lapa, Araucária e Contenda, apresentam diferentes níveis tecnológicos. No caso dos três primeiros, o nível de tecnificação é baixo e nos dois últimos é alto⁸.

Os dados que mostram, mais claramente, a mudança no perfil da produção da RMC, entretanto, são aqueles referentes a olerícolas e frutas, que ganharam importância nas últimas décadas. O caso da olericultura, além de ser viabilizada em áreas menores (principalmente nos municípios mais próximos de Curitiba), constituiu-se de produtos com alto valor de mercado e com utilização intensiva de mão de obra. Neste grupo, os principais produtos produzidos são repolho, alface, couve-flor e cenoura e a produção concentra-se, principalmente, nos municípios de São José dos Pinhais e Colombo. Outro ponto de interesse, em relação a tais produtos, é a representatividade da RMC na produção total do Estado do Paraná. Ou seja, além de se tornar expressiva para a agropecuária regional, a olericultura da RMC se consolidou como uma das mais importantes do Estado.

A fruticultura, que também vem se confirmando como uma atividade importante no rural da RMC, concentra-se principalmente ao norte da região, guardando estreita relação com os aspectos físico-geográficos, previamente destacados. Os principais produtos são bergamota, laranja, pêssego, caqui e uva de mesa e vinho, sendo que em se tratando de valor da produção, os dois primeiros são, de longe, os mais expressivos. Em ambos, o município de Cerro Azul, ao norte da RMC, é o maior produtor; responde por mais de 88% do valor da produção total de bergamota e mais de 72% da de laranja da RMC. Além deste, a produção de bergamota também é importante em São José dos Pinhais e Itaperuçu e a de laranja possui destaque em Doutor Ulysses, Rio Branco do Sul e Itaperuçu. Destaca-se que os municípios de Cerro Azul, Rio Branco do Sul e Dr. Ulisses são os maiores produtores de frutas, e apresentam um nível de tecnificação de baixo para médio.

O rural da RMC, marcado pela diversificação no que se refere à sua estrutura fundiária e produtiva, também confere uma marca de heterogeneidade aos municípios, quando se analisa sua dinâmica populacional. O rural, visto pelo olhar institucional, conforme mostrado anteriormente, apresenta sua lógica determinada a partir do urbano por exemplo, a tipificação utilizada pelo IBGE: urbano de grande dimensão, urbano de média dimensão, em transição para o urbano de pequena dimensão e rural de pequena dimensão. Neste trabalho, optou-se por analisar esse rural, a partir de tipologias construídas de forma a compreender sua complexidade. As variáveis população e densidade populacional permitiram a construção de uma tipologia sintetizada em quatro grupos: municípios urbanos (tipo 1), municípios rural para menos (tipo 2), município rural (tipo 3), município rural para mais

⁷Para estabelecer o Nível de Tecnologia considera-se o acesso à assistência técnica, uso de adubos e defensivos, práticas de conservação, irrigação e máquinas agrícolas.

⁸Para calcular o nível de tecnificação, foram considerados os dados do percentual dos estabelecimentos segundo cada variável de tecnificação. Para cada variável foi calculada a média da região (RMC) e o desvio padrão destes dados.

(tipo 4)⁹. Essa tipologia, cruzada com a taxa de crescimento da população rural, permitiu identificar o tipo de município e se ele está em processo de perda (taxa de crescimento negativa) ou ganho de população (taxa de crescimento acima de 3%) ou se a taxa de crescimento se mantém estável (entre 0 e 3%), no período 1991 a 2000.

Pelo cruzamento dessas variáveis, apenas seis municípios poderiam ser identificados como tipo 1: Curitiba, Pinhais, Almirante Tamandaré, Araucária, Colombo e Fazenda Rio Grande, sendo que Pinhais perde população rural e os quatro últimos mantêm um crescimento estável da mesma. No tipo 2, encontram-se os municípios de Itaperuçu, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Campo Largo e Rio Branco do Sul, sendo que os dois primeiros perdem população rural e os três últimos mantêm taxa de crescimento estável. No tipo 3, concentram-se oito municípios: Lapa (que apresenta perda de população no período); Bocaiúva do Sul, Mandirituba e São José dos Pinhais que apresentam taxas de crescimento estáveis da população rural; Balsa Nova, Contenda, Campo Magro e Piraquara, que apresentam ganhos de população rural. Além destes, no tipo 4 enquadram-se os municípios de Adrianópolis e Cerro Azul com perda de população rural e Agudos do Sul, Doutor Ulysses, Quitandinha, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná com taxa de crescimento estável da população.

Como informação adicional, cabe destacar que os municípios rurais com população rural acima de 70%, apresentam os mais precários indicadores de condição de vida. Observe-se que esse indicador de condição de vida garante um quadro mais próximo da realidade do padrão de vida dessas populações, pois na sua composição foram consideradas as variáveis: água, coleta de lixo, esgoto, renda per capita, taxa de analfabetismo, esperança de vida e mortalidade infantil.

4 Considerações finais

Os dados e as análises, apresentadas neste trabalho sobre a Região Metropolitana de Curitiba, evidenciam a heterogeneidade observada tanto nos aspectos físicos-naturais (clima, solo e relevo) quanto nos indicadores socioeconômicos (uso e a ocupação do solo, a condição de vida e a dinâmica populacional). Evidenciar, tal heterogeneidade, permite dar visibilidade ao rural da RMC.

O breve resgate da formação econômica e da ocupação populacional da RMC possibilitou identificar uma estreita relação de ambos, com os movimentos gerais da economia paranaense. As transformações ocorridas, na agricultura paranaense, marcaram tanto sua economia quanto sua dinâmica populacional, primeiro com o ciclo da erva-mate e depois com a chamada “modernização” da agricultura.

⁹O município urbano é aquele com população rural até 10% e densidade acima de 200,01 hab/Km²; município rural para menos é aquele com população rural entre 11 e 50% e densidade entre 50 e 200 hab/km²; município rural é aquele com população rural entre 51 e 70% e densidade entre 20 a 50 hab/Km²; município rural para mais é aquele com população rural acima de 70% e densidade menor que 20 hab/Km².

A partir dos dados e informações sobre o rural da RMC, é possível afirmar que há predominância da pequena propriedade de exploração familiar. Dados, do final dos anos 1990, mostram que o número de imóveis com menos de 50 hectares representam 93% do total da RMC. Entretanto, há uma relativa concentração fundiária na região, principalmente ao norte da RMC, nos municípios de Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná. Nesses municípios, o número de imóveis com área acima de 200 hectares é mais representativo, ocupando a maior parte da área.

Observou-se, também, que esta configuração geográfica da estrutura fundiária regional relaciona-se, principalmente, às condições de relevo e aptidão do solo. As regiões mais acidentadas possuem propriedades maiores e são ocupadas basicamente com reflorestamento, pastagens ou culturas permanentes. As regiões de relevo mais suave apresentam predominância de propriedades menores e atividades mais intensivas em capital e mão de obra (olericultura). Relembrando os dados sobre renda e padrão de vida da população, confirmarmos que aqueles municípios mais distantes da capital, pouco integrados à sua lógica, apresentam maior concentração fundiária, produzem produtos de menor valor de mercado e possuem condições de vida mais precárias.

Nos dois casos (menores e maiores estratos de área), configura-se um problema pela ocupação. As menores propriedades, exploradas mais intensivamente com a produção olerícola, estão localizadas nos municípios mais próximos a Curitiba. Estas culturas demandam maior utilização de adubos químicos, defensivos agrícolas e mecanização do solo e oferecem maiores riscos de contaminação, principalmente por se tratar de áreas de mananciais de abastecimento (casos dos municípios de Colombo e São José dos Pinhais). Nos municípios ao norte da RMC, nos quais as propriedades são maiores, os problemas relacionam-se a uma atividade agropecuária pouco rentável que concorre diretamente com importantes áreas de florestas. Em ambos, o que se evidencia, como principal objeto de investigação, é como pensar um desenvolvimento rural em realidades tão díspares, de modo que as condições de vida sejam melhores para as populações rurais mais pobres, mas que a preservação ambiental não seja esquecida.

Um outro aspecto marcante é a invisibilidade do rural da RMC na perspectiva institucional. Isso tanto da parte da COMEC, quanto dos órgãos que se ocupam das questões referentes ao meio rural. A COMEC reconhece a existência do rural na RMC, mas sua postura é sempre no sentido de percebê-lo em função das demandas urbanas. Neste trabalho, foram construídas tipologias que permitiram qualificar melhor esse rural, que conta com uma população de aproximadamente 250 mil pessoas e que, segundo estimativas, apresenta um contingente entre 80 e 90 mil pessoas ocupadas. Mais que isso, tratou-se de qualificar um rural que possui produção silvoagropecuária significativa, principalmente em olericultura e fruticultura, apesar de sofrer restrições significativas pelos condicionantes geoambientais (relevo, áreas de proteção ambiental e de mananciais).

Em linhas gerais, a principal contribuição da pesquisa, foi apontar não só a existência de um rural que tem sido mostrado como “invisível” na urbanidade da RMC, quanto a sua heterogeneidade que se evidencia em seus aspectos ambientais, econômicos e sociais. Isso aponta para a necessidade de aprofundar essas questões, para que se possa estabelecer políticas de desenvolvimento, para este rural que, provavelmente, incidirão sobre o desenvolvimento sustentável da própria RMC.

Referências

- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Cadernos de Ciências da Terra*, v. 13, p. 1-27, São Paulo, 1972.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA(COMEC). *PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2001: Documento Síntese para Discussão.*, Curitiba, 2001.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLINATA DE CURITIBA (COMEC). *PDI - Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2002.* Curitiba, PDI Bloco A/1.1,124 p., A/1.2, 2002.
- DAROLT, M. R.; DAVANSO, S. M., DELGADO, P. R.; KARAM, K. F. *et al.* *Caracterização da Região Metropolitana de Curitiba*, Curitiba:MAD/UFPR, 1997.
- DAROLT, M. *As dimensões da sustentabilidade: Um estudo da agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná.* Curitiba, 2000. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.
- FERREIRA, Â. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: quais especificidades do caso brasileiro? In: *XXIX Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos*, São Paulo:CERU/USP, 2002.
- FLORIANI, D. Avaliação e expectativas para a interdisciplinariedade. *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente a Reconstrução da Ruralidade e a Relação Sociedade/Natureza*, n. 3, p. 9-21, Curitiba:MAD/UFPR , 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro:IBGE, 1975, 1985, 1995/1996, CD-ROM, 2000.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *INCRA* Disponível <http://www.incra.gov.br/>.capturado em fevereiro de 2003.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Indicadores e Mapas Temáticos para o Planejamento Urbano e Regional. Curitiba. *IPARDES, 2002*. Edição revisada e ampliada, CD-ROOM.
- KARAM, K. F. *Agricultura Orgânica: estratégia para uma nova ruralidade*. Curitiba, 2001. Tese do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR.

- LAMARCHE, H. *Agriculture Familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: UNICAMP, 1993.
- LATOURE, B. *Jamais formos modernos*. Ed. 34, Rio de Janeiro, 1994.
- MARTINS, J. S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *X Congresso de Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, agosto de 2000.
- ORTIZ, L. F. Q. *Diagnóstico ambiental da Bacia do Ribeirão do Chiqueiro, município de Gouvêa, MG: uma abordagem a partir da "Ecologia da Paisagem"*, Belo Horizonte, 2000. Dissertação de Mestrado - IGC/Departamento de Geografia, UFMG.
- RAYNAUT, C.; LANA, P. C; ZANONI, M. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. *Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente: Teoria e Metodologia em Meio Ambiente e Desenvolvimento*,- UFPR n. 1, p. 71 - 84. Curitiba, 2000.
- RAYNAUT, C.; LANA, P. C; ZANONI, M. et al. *Desenvolvimento e Meio Ambiente em Busca da Interdisciplinaridade: Pesquisas Urbanas e Rurais*. Curitiba, 2002. UFPR.
- TRICART, J. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente. Diretoria Técnica. 1997.
- TURNER, M. G. Landscape ecology: the effect of pattern on process. *Annual Ecology Sytem*, n. 20, p. 171-197, 1989.
- VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, Minas Gerais, 1996.
- WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. CHAYANOV. In: FERREIRA, Â. D. D. ;BRANDEBURG, A.(org.) *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998.
- WANDERLEY, M. N. B. *Um olhar sobre o rural brasileiro*. Curitiba, 1999.
- WANDERLEY, M. N. B. A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: *Cadernos de desenvolvimento e meio ambiente a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza*, Curitiba: UFPR, 2000.